

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Nota à 3ª edição

Apresentação à 1ª edição

Introdução

Capítulo I – Petição Inicial

- 1.1. Requisitos
 - 1.1.1. Petição escrita
 - 1.1.2. Indicação do juiz ou tribunal a que é dirigida
 - 1.1.3. Identificação das partes
 - 1.1.4. Exposição dos fatos e dos fundamentos jurídicos
 - 1.1.5. Pedido e suas especificações
 - 1.1.5.1. Pedido certo e determinado
 - 1.1.5.2. Pedido cominatório
 - 1.1.5.3. Pedidos alternativos e sucessivos
 - 1.1.5.4. Interpretação do pedido e pedidos implícitos
 - 1.1.6. Valor da causa
 - 1.1.7. Proposição das provas
 - 1.1.8. Requerimento de citação do réu
 - 1.1.9. Opção pela não realização de audiência de conciliação ou de mediação
 - 1.1.10. Outros requisitos
- 1.2. Formação do processo e estabilização da demanda
- 1.3. Indeferimento da petição inicial
 - 1.3.1. Improcedência liminar do pedido
 - 1.3.2. Conversão da ação individual em ação coletiva
- 1.4. Despacho positivo da petição inicial
- 1.5. Audiência de conciliação ou de mediação no código de 2015

Capítulo II – Resposta do Réu

- 2.1. Contestação
 - 2.1.1. As questões da contestação e as suas denominações
 - 2.1.2. Preliminares
 - 2.1.3. As defesas diretas de mérito e o ônus da impugnação específica dos fatos
 - 2.1.4. As defesas indiretas de mérito e a proposição das provas
 - 2.1.5. Princípio da eventualidade
- 2.2. Exceções processuais
- 2.3. Reconvenção
 - 2.3.1. Pedido contraposto
- 2.4. Revelia

Capítulo III – Providências Preliminares

- 3.1. Finalidades
- 3.2. Julgamento conforme o estado do processo
- 3.3. Declaração incidental
- 3.4. Réplica
- 3.5. Audiência preliminar do código de 1973
- 3.6. Despacho saneador
 - 3.6.1. A estabilização do saneamento

Capítulo IV – Provas em Geral

- 4.1. Conceito de prova

- 4.2. Destinatários das provas
- 4.3. A descoberta da verdade
- 4.4. Objeto da prova
- 4.5. Meios de prova
- 4.6. Princípio dispositivo *versus* princípio inquisitório
- 4.7. Prova civil e prova penal
- 4.8. Ônus da prova
- 4.9. Sistemas de avaliação das provas
- 4.10. Procedimento probatório
- 4.11. Produção antecipada da prova no código de 2015

Capítulo V – Limitações Probatórias

- 5.1. Conceito
- 5.2. Extensão das limitações probatórias
- 5.3. Classificação das limitações probatórias
- 5.4. Fundamentos para a admissão ou rejeição das limitações probatórias
 - 5.4.1. Dignidade humana e privacidade
 - 5.4.2. Direito à não autoincriminação
 - 5.4.3. Celeridade. Procedimento. Prazos e preclusões
 - 5.4.4. Segurança jurídica
 - 5.4.5. Credibilidade da prova
 - 5.4.6. Proteção da confiança profissional e da solidariedade familiar
 - 5.4.7. Interesse público
 - 5.4.7.1. Segredos de Estado
 - 5.4.8. Boa-fé
- 5.5. Critérios gerais aplicáveis às três espécies
 - 5.5.1. Caráter indicativo da proibição de provas suspeitas
 - 5.5.2. Flexibilização das limitações procedimentais
 - 5.5.3. Ponderação no conflito entre direitos fundamentais
- 5.6. Proibição das provas ilícitas

Capítulo VI – Confissão e Depoimento Pessoal

- 6.1. Confissão judicial e extrajudicial
- 6.2. Depoimento pessoal
- 6.3. Limitações à confissão e ao depoimento pessoal
 - 6.3.1. Incapacidade para prestar depoimento pessoal
 - 6.3.2. Proibição de requerer o próprio depoimento pessoal
 - 6.3.3. Proibição da presença da parte à tomada de depoimento pessoal da outra
 - 6.3.4. A limitação do depoimento pessoal à forma oral
 - 6.3.5. Proibição de reperguntas do advogado do próprio depoente
 - 6.3.6. Escusas de depor
 - 6.3.7. Inadmissibilidade da confissão de fatos relativos a direitos indisponíveis
- 6.4. Indivisibilidade da confissão
- 6.5. Anulação da confissão

Capítulo VII – Prova Documental

- 7.1. Conceito de documento
- 7.2. Documento eletrônico
- 7.3. Documentos públicos e particulares e sua força probante
- 7.4. Cópias dos documentos públicos e particulares
- 7.5. Arguição de falsidade
 - 7.5.1. Procedimento da arguição de falsidade
- 7.6. Exibição de documento ou coisa
 - 7.6.1. Escusas de exibição
 - 7.6.1.1. Negócios da própria vida da família
 - 7.6.1.2. Violação de dever de honra
 - 7.6.1.3. Desonra à parte ou a terceiro ou perigo de ação penal
 - 7.6.1.4. Proteção do segredo de estado e do segredo profissional
 - 7.6.1.5. Outros motivos graves
 - 7.6.2. Documento ou coisa em poder de entes públicos

- 7.7. Procedimento da prova documental
- 7.8. Documento novo

Capítulo VIII – Prova Testemunhal

- 8.1. Conceito
- 8.2. A testemunha
- 8.3. As limitações probatórias subjetivas à prova testemunhal
 - 8.3.1. Incompatibilidades para depor como testemunhas
 - 8.3.2. As incapacidades para depor
 - 8.3.3. Testemunhas impedidas ou suspeitas
 - 8.3.4. Escusas de depor
- 8.4. Deveres das testemunhas
- 8.5. Procedimento da prova testemunhal
 - 8.5.1. Proposição
 - 8.5.2. Intimação das testemunhas
 - 8.5.3. Admissão da prova testemunhal
 - 8.5.3.1. Limitações à admissão da prova testemunhal
 - 8.5.4. Produção da prova testemunhal
 - 8.5.4.1. Local da produção da prova testemunhal
 - 8.5.4.2. Incidentes na produção da prova testemunhal
 - 8.5.4.3. Reembolso das despesas necessárias ao comparecimento da testemunha em juízo

Capítulo IX – Prova Pericial

- 9.1. Exames, vistorias e avaliações
- 9.2. Conhecimentos científicos, técnicos e especializados
- 9.3. Espécies de perícia
- 9.4. Perito e assistentes técnicos
- 9.5. Deveres do perito
- 9.6. Força probante da prova pericial
- 9.7. Procedimento da prova pericial

Capítulo X – Presunções e Indícios

- 10.1. Espécies
- 10.2. Admissibilidade e força persuasiva
- 10.3. Limitações e procedimento

Capítulo XI – Inspeção Judicial

- 11.1. Conceito
- 11.2. Inspeção judicial e direito à prova
- 11.3. Produção da inspeção judicial

Capítulo XII – Audiência de Instrução e Julgamento

- 12.1. Princípios que regem a audiência de instrução e julgamento
- 12.2. Fases da audiência de instrução e julgamento
 - 12.2.1. Conciliação
 - 12.2.2. Instrução
 - 12.2.3. Depoimentos, debates e memoriais
- 12.3. Adiamento da audiência de instrução e julgamento
- 12.4. As decisões proferidas na audiência

Capítulo XIII – Sentença

- 13.1. O conceito de sentença e a Lei n. 11.232/2005
- 13.2. Natureza jurídica
- 13.3. Requisitos da sentença
 - 13.3.1. Relatório
 - 13.3.2. Fundamentação
 - 13.3.3. Dispositivo

- 13.3.4. Requisitos de exteriorização: clareza
- 13.3.5. Precisão
- 13.4. Efeitos da sentença
 - 13.4.1. Efeitos principais
 - 13.4.1.1. Efeito declaratório
 - 13.4.1.2. Efeito constitutivo
 - 13.4.1.3. Efeito condenatório
 - 13.4.1.4. Efeito mandamental
 - 13.4.1.5. Efeito executivo *lato sensu*
 - 13.4.2. Efeitos secundários
 - 13.4.3. Momento de produção dos efeitos da sentença
 - 13.4.4. Efeitos da sentença de improcedência
 - 13.4.4.1. Efeitos da sentença de improcedência nas ações coletivas

Capítulo XIV – Coisa Julgada

- 14.1. Conceito
- 14.2. Fundamentos da coisa julgada
- 14.3. A fragilidade da coisa julgada no Brasil
- 14.4. Coisa julgada como direito fundamental
- 14.5. Natureza jurídica
- 14.6. Coisa julgada formal e material
- 14.7. Sentenças que não fazem coisa julgada
- 14.8. A coisa julgada e a cognição exaustiva
- 14.9. Limites da coisa julgada
 - 14.9.1. Limites objetivos
 - 14.9.2. Limites subjetivos
 - 14.9.2.1. Eficácia natural da sentença e autoridade da coisa julgada
 - 14.9.2.2. Coisa julgada nas ações de estado
 - 14.9.2.3. Coisa julgada e os sucessores das partes a título universal ou singular
 - 14.9.2.4. Coisa julgada e substitutos processuais
 - 14.9.2.5. Coisa julgada criminal e sua repercussão na jurisdição civil
- 14.10. Coisa julgada nas ações coletivas
- 14.11. Coisa julgada *secundum eventum litis*

Capítulo XV – Tutela Provisória da Urgência e da Evidência

- 15.1. Breve histórico do surgimento da tutela antecipada
- 15.2. Espécies e características da tutela antecipada no Código de 1973
- 15.3. Tutela antecipada e tutela cautelar
- 15.4. Tutela antecipada contra a Fazenda Pública
- 15.5. Outras questões
- 15.6. Tutela da urgência e da evidência no Código de 2015
 - 15.6.1. Tutela da urgência cautelar e antecipada
 - 15.6.2. Poder geral de cautela
 - 15.6.3. Procedimento na tutela da urgência
 - 15.6.4. Tutela provisória da evidência

Capítulo XVI – Suspensão do Processo

- 16.1. Suspensão por morte da parte ou do advogado
- 16.2. Suspensão por convenção das partes
- 16.3. Suspensão pela arguição de incompetência, impedimento ou suspeição do juiz
- 16.4. Suspensão para aguardar o julgamento de causa pendente
- 16.5. Suspensão por força maior
- 16.6. Ação de usucapião especial urbana
- 16.7. Outros casos de suspensão
- 16.8. Nulidade dos atos praticados durante a suspensão

Capítulo XVII – Procedimento Sumário do Código de 1973

- 17.1. Disponibilidade do rito
- 17.2. A petição e o despacho iniciais
- 17.3. A audiência de conciliação

17.4. Audiência final e outras questões

Capítulo XVIII – Juizados Especiais Cíveis

- 18.1. Criação e características dos Juizados Especiais
 - 18.2. Competência dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais
 - 18.3. O juiz e seus auxiliares
 - 18.4. As partes
 - 18.5. A postulação inicial e a conciliação
 - 18.6. A resposta e a instrução
 - 18.7. A sentença
 - 18.8. Julgamentos por equidade
 - 18.9. Anômalas extinções do processo
 - 18.10. Os recursos
 - 18.11. Peculiaridades dos Juizados Especiais Cíveis Federais
 - 18.12. A criação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública
 - 18.13. Reflexão crítica sobre a experiência dos Juizados Especiais no Brasil
 - 18.14. A coisa julgada nos Juizados Especiais Cíveis
- Bibliografia